

E-mail:
isabelli@unb.br
deboraufsm@gmail.com
esmelsalles@gmail.com
evelisemachado@gmail.com
arquivista.saopaio@gmail.com

Katia Isabelli Melo², Débora Flores³, Esmeralda Porfírio de Sales⁴,
Evelise Batista Machado⁵, Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves⁶

RESUMO

O presente artigo apresenta a contribuição do movimento associativo para a comunidade, abordando o surgimento das associações profissionais no Brasil, o papel do coletivo na garantia de mais visibilidade da profissão, do profissional e do fazer arquivístico e as recentes discussões sobre a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Arquivologia. A pesquisa, de caráter exploratória, adota como instrumento de coleta a entrevista com membros das diretorias de associações profissionais. Os resultados apontam para a necessidade de reflexões sobre a responsabilidade social do arquivista e de maior participação como associado. Como contribuições, foram apresentadas propostas para integrar a comunidade arquivística no movimento associativo.

Palavras-chave: Arquivista. Visibilidade. Movimento associativo. Conselho Federal de Arquivologia.

ABSTRACT

This article presents the contribution of the associative movement to the community, addressing the emergence of professional associations in Brazil. This article then addresses the role of congregation in ensuring greater visibility of the occupation, the archival professional and the recent discussions on the creation of the Federal Council and the Regional Archival Councils. This research, of an exploratory nature, undertook interviews with members of the boards of professional associations, as the instrument of data collection. The results suggest the need for greater reflection on the social responsibility of each professional in the archival field, through greater participation as an associate. In terms of contributions, proposals are presented for a greater integration of the archival community in the associative movement.

¹ O artigo está baseado na Roda de Conversa sobre Associativismo e Conselho “Empoderando a comunidade arquivística”, transmitida *on-line* no dia 12 de junho de 2020 às 15h, durante a 4ª Semana Nacional de Arquivos, sendo disponibilizada para acesso no canal do Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq), na plataforma YouTube.

² Doutora em *Archivos y Bibliotecas en el entorno digital - Universidad Carlos III de Madrid*. Professora do curso de Arquivologia, da Universidade de Brasília. <https://orcid.org/0000-0002-0559-3891>

³ Mestra em Patrimônio Cultural - Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em Arquivologia - Universidade Federal de Santa Maria. <https://orcid.org/0000-0002-3551-8104>

⁴ Mestra em Ciência da Informação - Universidade Federal da Paraíba. Professora do curso de Arquivologia, da Universidade Estadual da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0002-1315-790X>

⁵ Especialista em Gestão em Arquivos - Universidade Federal de Santa Maria. Graduada em Arquivologia - Universidade Federal de Santa Maria. <https://orcid.org/0000-0002-5619-1542>

⁶ Especialista em Administração da Qualidade – Universidade Federal do Ceará. Graduada em Arquivologia - Universidade Federal Fluminense. <https://orcid.org/0000-0003-3597-7543>

Keywords: Archivist. Visibility. Associative movement. Federal Council of Archivology.

INTRODUÇÃO

A Semana Nacional de Arquivos (SNA), incluída no Plano Setorial de Arquivos por iniciativa do Colegiado Setorial de Arquivos, do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), apresenta periodicidade anual, desde 2017, sendo organizada pelo Arquivo Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa. A Semana consiste em um período de eventos realizados em todo o país para aproximar os arquivos da sociedade. Em sua 4ª edição, no período de 8 a 14 de junho de 2020, a programação da SNA foi realizada apenas com eventos virtuais, em atendimento às orientações das autoridades de saúde devido ao período de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

No estado da Paraíba, o Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq) convidou profissionais de arquivo de instituições de memória, órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como professores das universidades que oferecem o curso de Arquivologia no estado, para promoverem um calendário único de eventos. A Roda de Conversa “Associativismo e Conselho empoderando a comunidade arquivística” integrou a programação da 4ª. Semana Nacional de Arquivos, disponibilizada na página do Arquivo Nacional, <http://semanadearquivos.arquivonacional.gov.br/>. O canal do Grupo de Estudos Arquivísticos (GEArq), na plataforma *YouTube* realizou a transmissão e gravação.

A ideia do tema “Associativismo e Conselho empoderando a comunidade arquivística” surgiu em decorrência das discussões sobre o protagonismo do arquivista no cenário de transformação digital, levantando reflexões sobre como a sociedade civil organizada pode empoderar a comunidade arquivística e como o associativismo pode dar visibilidade ao fazer arquivístico em resposta às questões atuais da sociedade em relação ao direito de acesso, proteção de dados, gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais.

Para estimular o debate foram convidadas profissionais que ocuparam cargos de diretoria em associações profissionais e com histórico de engajamento no movimento associativo e na luta pela criação do conselho federal e estadual de arquivologia.

A contribuição da Professora Kátia Isabelli Melo abordou o associativismo como um dos temas de sua investigação de doutorado, apresentando dados da pesquisa, publicada no livro “Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho”.

A arquivista Débora Flores, discorreu sobre sua experiência na diretoria da Associação de Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS) e atuação no Fórum Nacional de Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq).

A participação da arquivista Evelise Machado trouxe à tona sua articulação como criadora e mantenedora, no aplicativo WhatsApp, de um grupo de profissionais interessados no movimento pró Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia.

Coube à Professora Esmeralda Porfírio de Sales resgatar a memória do movimento associativo no estado da Paraíba, desde os tempos de atuação do Núcleo Regional da Paraíba, da extinta Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) até o processo de criação da Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB), sediada em uma das unidades da federação que forma arquivistas em duas universidades, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em sua exposição, a arquivista Rita São Paio discorreu sobre os desafios da fundação da Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE) e as oportunidades da participação de profissionais de outras áreas em um estado que ainda não oferece o curso de Arquivologia.

2 A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

Inicialmente, a arquivologia no Brasil acontece, enquanto profissão, pelo esforço dos profissionais que formaram a primeira associação, Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, no Rio de Janeiro. Ainda nessa década, seguindo uma linha do tempo temos, em 1972, a realização do 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA) e o lançamento da revista *Arquivo & Administração*, ambos com a promoção da AAB. Cinco anos depois surge o primeiro curso de graduação e no ano seguinte, 1978, a regulamentação da profissão, por meio da Lei 6.546, de 4 de julho de 1978. Esse início foi muito bem demarcado e temos muito a agradecer aos profissionais que atuaram na linha de frente, de forma abnegada e voluntariosa, Professor José Pedro Pinto Esposel, Professora Marilena Leite Paes, Professora Helena Correa Machado, Professora Astrea de Moraes e Castro e tantos outros. Esses acontecimentos foram um marco na história da Arquivologia brasileira.

Com a proximidade de completar 50 anos desde o surgimento da primeira associação de arquivistas no Brasil, ao abordar o tema do associativismo evoca-se, também, as lutas e conquistas do profissional arquivista.

O movimento associativo esbarra numa divisão temporal, antes de 1998 e após 1998. Até 1998 a AAB era a única representação profissional dos arquivistas, que agregava Núcleos Regionais em São Paulo, Santa Maria, João Pessoa, Brasília, dentre outros. Em 1998, durante a realização do XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, em João Pessoa, a AAB extingue os Núcleos Regionais, o que provoca o surgimento de novas associações como consequência natural da criação dos cursos de Arquivologia⁷. No estado de São Paulo, o curso é ministrado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Marília, e o funcionamento da Associação, na capital, antecedeu a criação do curso. Duas associações constituem exceções da vinculação dos cursos. Sem ofertar o curso, o estado de Goiás conta com a Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG). O mesmo ocorre no estado do Ceará que mesmo com ausência do curso de Arquivologia, fundou a Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE), promotora do VII Congresso Nacional de Arquivos, em 2016.

No campo científico, o surgimento das novas associações possibilitou a realização de um evento, em 2004, o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), promovido pela Associação Brasiliense de Arquivologia (ABARQ), com o apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Um diferencial do evento foi a abertura de espaço para os graduandos divulgarem suas pesquisas. Posteriormente, novas edições surgiram tanto do CBA quanto do CNA, ampliando os debates sobre o fazer arquivístico e divulgando os conhecimentos produzidos com a publicação dos Anais desses eventos.

3 OS ESTUDOS SOBRE ASSOCIAÇÕES E ARQUIVISTAS

Um tema a ser abordagem nesta apresentação consiste nas ações das associações, que é uma indagação recorrente dos profissionais e discentes. Os objetivos das associações estão segmentados em duas grandes frentes: a defesa do arquivista e a defesa da Arquivologia. Na ausência de um conselho profissional, tema apresentado mais adiante, as associações têm atuado em prol da categoria, seja de forma isolada e/ou em conjunto, realizando ações de órgão

⁷ Apesar de ter perdido o caráter de entidade em âmbito nacional com a extinção dos núcleos regionais em 1998, em 4 de fevereiro de 2015, a AAB encerrou sua atuação como associação.

fiscalizador. Nesse sentido, se apresenta um belíssimo trabalho de conscientização, por parte das associações, direcionado às instituições públicas que divulgam editais com equívocos em relação às atribuições do arquivista. Outra atuação que contou com a participação da comunidade arquivística foi a mobilização contra o Projeto de Lei 2606/2015 apresentado pelo Deputado Federal Jorge Silva, representante do Espírito Santo, que propunha considerar como arquivista, todos os profissionais graduados detentores de cursos de especialização em Arquivologia. Na ocasião, os profissionais realizaram uma mobilização e, de forma voluntária, uma comissão composta pelos arquivistas Bruno Menezes, Rivaldo Cadete, Tania Moura, representando a ABARQ, Débora Flores, representando o FNArq, a discente Carolina Bueno e a Professora Katia Isabelli Melo, ambas do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, estiveram no gabinete do Deputado Jorge Silva e da Deputada Geovania de Sá, de Santa Catarina, designada como relatora do PL 2606/2015. Na ocasião, os parlamentares foram informados sobre a regulamentação da profissão, a atuação do arquivista nas instituições públicas e privadas, a responsabilidade social com os acervos e a memória, o que provocou a solicitação da retirada e arquivamento do PL2606/2015 pelo Deputado Jorge Silva. Os esclarecimentos acerca do fazer arquivístico e de seu profissional contribuíram para que os dois parlamentares se mostrassem interessados na causa arquivística. As mobilizações coletivas contribuem para a ampliação das discussões sobre a área, sobre a causa arquivística, seu profissional e o espaço no mercado de trabalho.

Em pesquisa desenvolvida em 2010, na Universidad Carlos III de Madrid, a Professora Katia Isabelli Melo analisou-se a tríade composta pela formação formal, o associativismo e o mercado de trabalho em relação ao arquivista, abordando as possibilidades de diálogo com cada um dos agentes. No final de 2011, a pesquisa foi transformada na publicação *Arquivista, visibilidade profissional* constituindo o embasamento teórico deste trabalho com enfoque para a relação do arquivista com o associativismo, que constitui um capítulo inteiro na obra. Por ocasião da investigação realizada em 2010, o universo pesquisado contemplou arquivistas com formação formal. Alguns dos dados sobre a relação do profissional com o associativismo apresentaram os seguintes resultados:

- 47% dos entrevistados participavam das associações profissionais;
- O índice predominante de participação dos associados era composto pelos recém-formados nos cursos de graduação;
- A atuação das associações foi valorada como regular para a maioria dos associados;
- Mais da metade dos associados informou que as associações divulgavam as vagas do mercado de trabalho (apenas ressaltando que, atualmente, essa divulgação tem sido realizada pelas plataformas digitais e redes sociais).

O índice de participação nas associações mostrou-se bem abaixo do desejado. Num *ranking* de atribuições, os entrevistados apontaram como iniciativas das associações a promoção de cursos de capacitação, a promoção de eventos, a divulgação do profissional, a elaboração de um cadastro de profissionais, a divulgação das ofertas de trabalho e a criação do conselho profissional. A luta em defesa da categoria está ausente das prioridades identificadas, mas a divulgação do profissional, que promove uma maior visibilidade para o arquivista, aparece em terceiro plano.

Posterior à pesquisa apresentada em 2011, identificou-se que as produções científicas revelam poucos estudos sobre as associações profissionais. Um deles é a tese do Professor Eliezer Pires da Silva, da Uni-Rio, com formação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Em sua pesquisa, “Memória e discurso do movimento associativo na

institucionalização do campo arquivístico no Brasil”, defendida em 2013, o autor estabelece um recorte temporal, de 1971 a 1978, tendo como principal indicador, a criação da AAB.

Mas o desconhecimento também é notório acerca do próprio profissional. Ou seja, a comunidade arquivística pouco investiga sobre esses dois temas que são fundamentais para a área, o arquivista e o associativismo. A pesquisa realizada por Melo e Cardoso (2018), analisou o protagonismo do arquivista nos trabalhos apresentados nos CBAs e CNAs. O resultado é alarmante revelando que nesses eventos científicos pouco se discute e pouco se sabe sobre o profissional, sua atuação, as formas de ingresso no mercado de trabalho e outras indagações. Com maior enfoque são apresentados os estudos que envolvem as funções arquivísticas, a elaboração de instrumentos de gestão, as melhores práticas de trabalho e, mais recentemente as questões que envolvam a produção e o armazenamento digital, repositórios digitais.

Ainda que as investigações apresentem índice reduzido, a visibilidade do profissional se faz presente, sobretudo nas instituições públicas onde o arquivista atingiu cargos diretivos, realidade na capital do país, Brasília, e em outras unidades da federação. Paralelamente, o campo da investigação garantiu a criação de uma proximidade com a atividade docente contribuindo para a ampliação do quantitativo de arquivistas atuando nos cursos de graduação e de pós-graduação. São algumas conquistas que exemplificam o trilhar no mundo do trabalho e contribuem para a visibilidade da área.

À título de sugestão, a Professora Katia Isabelli Melo apresenta, a seguir, algumas ações que podem contribuir para o empoderamento das associações e garantir uma aproximação com os arquivistas:

1. Desenvolver parcerias com os cursos de formação na realização de eventos e projetos de pesquisa;
2. Buscar uma aproximação com os discentes, principalmente os calouros, revelando as atribuições das associações;
3. Facultar espaço de participação de discentes e profissionais no movimento associativo. Uma das diretorias da Associação Brasileira de Arquivologia contou com a participação de discentes do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília.
4. Desenvolver trabalho colaborativo, de parceria com as demais associações profissionais de arquivistas;
5. Criar um espaço de visibilidade onde arquivistas possam compartilhar, por meio de webinários, suas experiências profissionais;
6. Conscientizar os arquivistas do papel fundamental que as associações realizam em defesa da categoria e, atualmente, as redes sociais constituem um espaço para esse diálogo;
7. Promover pesquisas sobre o mercado de trabalho para arquivista nas plataformas digitais.

Acerca da última sugestão identificamos um estudo recente de Aldalalde; Melo; Bourguet (2020) que aborda o mercado de trabalho analisando os novos termos adotados nas plataformas digitais pelas empresas privadas, para a divulgação das ofertas de vagas para arquivistas.

Quanto aos eventos científicos, a Professora Katia Isabelli Melo complementa, sugerindo que em todas as edições dos congressos nacionais de arquivologia sejam abertos dois espaços de discussões. O primeiro, destinado aos arquivistas, a fim de que sejam estabelecidos diálogos com o profissional além do desenvolvimento de pesquisas sobre quem somos, quantos somos, onde estamos, o que fazemos, o que deixamos de fazer, o que queremos fazer. São diversas indagações que carecem de investigações.

O outro espaço proposto é destinado às associações profissionais, juntamente com o FNArq e os associados contemplando discussões sobre o comportamento do mercado de trabalho para as vagas de arquivista, as atribuições das associações, as parecerias constituídas, as ações realizadas. É fato que o associativismo tem contribuído para a divulgação e consolidação da área em âmbito nacional, mas para alcançar o empoderamento, a participação de cada um é fundamental.

4 VISIBILIDADE DAS ASSOCIAÇÕES

Entende-se que o envolvimento com o movimento associativo, para além do compromisso do pagamento de anuidade e da participação em cargos de diretoria ou do conselho fiscal das associações, parte de uma reflexão sobre o coletivo, a responsabilidade social e o sentimento de classe.

Considerando que estudantes e profissionais de Arquivologia questionam o que as associações podem oferecer para o associado, vale a pena citar a inversão da pergunta, ou seja, o que cada associado pode fazer pela associação que o representa? Essa inversão do questionamento, foi atribuída pela arquivista Rita São Paio à arquivista Débora Flores e resgata o tempo de sua própria formação no curso de Arquivologia. Na ocasião, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Professora Clara Kurtz⁸, em visita aos alunos para divulgar a importância da associação e do associativismo provocou a seguinte reflexão: o que cada um pode fazer pela associação e pela categoria sem esperar algo em troca?

Ao participar do movimento associativo, tanto no estado onde atua como buscando o intercâmbio e a cooperação entre associações, a arquivista Débora Flores, integrante de cargo de Diretoria na AARS - uma associação bem atuante, devidamente registrada e com visibilidade nacional -, passou a entender a dinâmica e a realidade das outras associações por intermédio da Executiva Nacional de Associações Regionais (ENARA). A ENARA constitui-se no primeiro agrupamento de associações em parceria, sendo uma entidade em âmbito nacional, num país de dimensões continentais, com atuação de 2006 a 2014.

No VI Congresso Nacional de Arquivologia realizado em Santa Maria, em 2014, a partir de entendimento dos diretores das associações, o grupo chegou a um modelo de fórum, com relação colaborativa entre as associações e na busca pela visibilidade almejada para cada uma delas. Como fórum, a gestão seria realizada com a participação dos diretores das associações, com reuniões presenciais periódicas. O fórum apoiaria o estado que estivesse com dificuldade para registrar a entidade ou para o agrupamento de novos associados, mesmo no sentido de buscar forças para o movimento associativo. As propostas fizeram surgir o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq).

4.1 FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL (FNArq)

O FNArq surge como um coletivo que amplia a visibilidade das associações profissionais em âmbito nacional, podendo representar a categoria, apresentar as manifestações das entidades, harmonizar todas as vozes buscando mais força do coletivo. Importante destacar que o associativismo é um movimento de doação e voluntariado, exigindo muita dedicação das pessoas

⁸ Na época, a Prof^a. Clara Kurtz representava a Associação de Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS).

envolvidas, tanto associados quanto membros da diretoria. Nesse intento, o movimento associativo busca por profissionais comprometidos na composição de diretoria e dispostos a seguir até o término da gestão evitando a perda de alguns integrantes. Em complemento, a participação e contribuição de todos torna-se indispensável a fim de que se evite a sobrecarga sobre alguns profissionais, revelando o esforço colaborativo.

De acordo com seu Regimento, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) foi definido como órgão colegiado permanente tendo como finalidade, “em regime de colaboração, congregar, coordenar e representar com autonomia os interesses das associações de arquivistas e de arquivologia, em âmbito nacional, perante as instituições competentes da sociedade” (FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL, 2020, p.1).

Compreende-se que o primeiro passo para ampliar a visibilidade da Arquivologia no Brasil é fortalecer o movimento, vinculando-se à uma associação de arquivistas. Muitos profissionais desconhecem as formas de participar e de cooperar, considerando que as associações estão representadas em poucas unidades da federação. Entretanto, é possível integrar-se às associações de qualquer espaço geográfico, inclusive participar de mais de uma delas. O simples fato de se associar já contribui para que as instituições possam manter as despesas fixas, como por exemplo os honorários de contador e da infraestrutura mínima de funcionamento. As críticas e indagações contribuem para a construção de associações participativas, em que profissionais, docentes e discentes estão envolvidos e atuantes, o que justifica o ingresso no movimento associativo tornar-se fundamental.

O ingresso no movimento associativo vai mais além da participação como membro da diretoria ou do conselho de uma associação. Constitui uma participação ativa e diária, com troca de ideias e com foco no coletivo, deixando de lado uma postura de expectador. Para garantir a representatividade da categoria é necessário que os profissionais de arquivo apresentem suas demandas a fim de que se tornem conhecidos os seus anseios.

Considerando que o FNArq é composto por associações, a nomeação para o cargo de presidente também exige a participação ativa no Fórum, que “será coordenado por uma associação, com rodízio bianual, de acordo com a ordem cronológica de criação das associações” (FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL, 2020, p.1). Dessa maneira, bianualmente, o FNArq altera a composição de sua diretoria.

Além de se associar é importante participar mais efetivamente acompanhando as ações das associações e do FNArq, denunciando irregularidades de concursos públicos ou de vagas na iniciativa privada, entendendo que o movimento associativo não diz respeito exclusivamente à reserva de mercado da categoria, mas no dia a dia do fazer arquivístico é importante saber que tem uma voz representando seus interesses nas discussões no Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), por exemplo. Tanto as associações quanto o FNArq atuam junto aos órgãos responsáveis na cobrança de concursos irregulares reivindicando o cumprimento da Lei nº 6.546/1978 que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo.

Atendendo sobretudo os arquivistas da iniciativa privada, por iniciativa da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), desde 2007, o estado conta com um piso para a categoria de R\$ 2.899,79 (dois mil, oitocentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos), atualizado pela Lei Estadual nº 7.530, de 09 de março de 2017. Recentemente o FNArq defendeu a área interpondo junto a uma empresa que estava oferecendo um curso de formação de arquivistas com carga horária de 30 horas, conseguindo reverter o lançamento do curso. Todas essas ações buscam consolidar a profissão e atuam na defesa e fiscalização do exercício profissional do arquivista.

As associações, enquanto coletivo, representam força e espírito de coletividade e a participação de todas no FNArq revela o amadurecimento da comunidade arquivística. Anteriormente, a participação das associações profissionais no Conarq se dava pelo sistema de rodízio das associações, proposto SOUZA (2011). Mais recentemente, com as mudanças ocorridas para a composição do Conarq, constitui-se como uma das competências da coordenação do Fórum a indicação de um representante das associações de arquivistas e de arquivologia, para compor o quadro de conselheiros do Conarq, titular e suplente.

Os itens a seguir indicam algumas atuações de três associações representadas pelos profissionais entrevistados, a Associação de Arquivistas do Estado Rio Grande do Sul (AARS), a Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB) e a Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE).

4.2 PANORAMA DAS ASSOCIAÇÕES AARS, AAPB e Arquive-CE

A Associação de Arquivistas do Estado Rio Grande do Sul (AARS) foi criada em janeiro de 1999 a partir da extinção dos Núcleos da AAB em julho de 1998, quando os associados do ex-Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual.

Além dos eventos promovidos em parceria com Arquivo Público do Estado (APERS), o Arquivo Histórico de Porto Alegre Moisés Velinho e as coordenações dos Cursos de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a AARS promove periodicamente o Seminário Regional de Arquivos, no primeiro semestre e a Semana do Arquivista, no segundo semestre. Os eventos marcam uma realização extremamente positiva para a unidade da federação, que congrega três cursos de Arquivologia.

Duas edições do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) foram promovidas pela AARS. Em 2006, o II Congresso Nacional de Arquivologia, com o tema: “Os Desafios do Arquivista na Sociedade do Conhecimento”, realizado em Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, contou com a participação de mais de 450 inscritos no congresso e nos eventos paralelos. Em 2014, o VI Congresso Nacional de Arquivologia, com o tema “Arquivologia, sustentabilidade e inovação”, realizado no Park Hotel Morotin, em Santa Maria, apresentou mais de 500 inscritos no congresso e nos eventos paralelos.

De acordo com o site da entidade, a partir de 2007, a AARS tem participação no contexto internacional da Arquivologia por meio de sua inscrição na Seção de Associações Profissionais (SPA), do Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

No contexto nacional, a AARS foi representante das associações de classe no Conarq, em 1997, em 2006 e no período 2018-2019, como suplente da AAPB.

A partir de 2017, o FNArq passou a ser coordenado pelos legítimos representantes indicados para o Conarq. No período de 2018 a 2019 a AARS atuou como suplente tanto na coordenação do FNArq como Conselheiro do Conarq.

A AARS possui cerca de 500 associados registrados, o que aparentemente é um grande quantitativo comparando com associações de outros estados. Contudo, apenas 60 associados em média estão ativos na entidade, o que passa a ser um número extremamente reduzido analisando o contexto da AARS ser sediada no estado que possui o curso de Arquivologia mais antigos do Brasil, criado em 1978 na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), além de outros dois cursos de graduação em Arquivologia, tanto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

O engajamento nessa luta se faz necessário e urgente, sendo imprescindível uma maior parceria e atuação dos docentes dos cursos de Arquivologia junto aos alunos a fim de mobilizar a causa desde o ingresso na academia e acompanhar ao longo do período de formação.

A gestão atual, 2020-2022, por meio da presidente Cristina Strohschoen dos Santos, conseguiu reunir uma equipe que está trabalhando e vem apresentando resultados positivos. Inserida na 4ª Semana Nacional de Arquivos publicou uma programação de eventos, na modalidade virtual, devido ao isolamento social. Atualmente, a diretoria da AARS conta com a participação de um discente, como uma estratégia de aproximação da entidade com a academia.

A história do associativismo arquivístico no estado da Paraíba, inicia sua linha do tempo em 20 de outubro de 1995, com a Assembleia de criação do Núcleo da Paraíba, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), tendo como primeira Diretora Ana Isabel de Souza Leão Andrade. Em 1998, a capital paraibana de João Pessoa sediou o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia que contou com a participação de cerca de 826 profissionais. Nesse mesmo ano, após a realização do XII CBA, o Núcleo da Paraíba e os demais núcleos da AAB existentes à época foram extintos.

Entre os anos de 2010 e 2011 ocorreram duas reuniões em prol da criação da Associação de Arquivistas da Paraíba (AAPB), com a participação de estudantes, arquivistas, profissionais de arquivo, coordenadores e professores dos Cursos de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). No ano de 2012 foi realizada a terceira reunião, com a participação de 97 (noventa e sete) pessoas com o objetivo de retomar as discussões para a criação da AAPB, sendo constituída a Comissão Provisória composta por doze membros eleitos, responsáveis pela elaboração do Estatuto de Fundação da AAPB. Em 19 de novembro de 2013, foi realizada a Assembleia de Fundação da AAPB, com a presença de 113 (cento e treze) participantes, dentre eles professores da UEPB, UFPB, arquivistas, estudantes e profissionais de Arquivo.

Em 17 de março de 2014, a AAPB foi devidamente registrada em Cartório com a Diretoria Provisória composta por Esmeralda Porfirio de Sales (Presidente), Sergio Fredrich Rodrigues (Vice-Presidente), Rafael Melo Gomes de Araújo (1º Secretário), Ismaelly Batista dos Santos Silva (1º Tesoureiro), Auricélia Maria da Silva (2º Tesoureiro), Felipe Arthur Alves (Coordenador de Comunicação) e João Paulo do Nascimento Soares (Coordenado de Políticas Arquivísticas). Em 17 de setembro de 2015 ocorreu a 1ª Eleição para escolha da Diretoria Executiva, Conselho de Ética e Conselho Fiscal para o Biênio 2015/2017. Em 2016, a AAPB promoveu a Palestra: Os Desafios na Formação e o Mercado de Trabalho para o Arquivista, em alusão ao dia do Arquivista. Em 2017, a AAPB participou do XXI Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia, realizado na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), em João Pessoa.

No biênio 2018-2019 a AAPB representou o FNArq no Conarq na qualidade de Conselheiro, Membro Titular. No período de 8 a 11 de outubro de 2018 promoveu o VIII Congresso Nacional de Arquivologia.

A gestão da terceira Diretoria da AAPB finalizou em 7 de março de 2020. Atualmente, em função da pandemia de COVID-19, encontra-se em fase de estudo uma plataforma virtual para promover o processo eleitoral da chapa que assumirá a próxima gestão. Duas mulheres são destaques do movimento associativo da Arquivologia na Paraíba, pelas lutas e enfrentamentos em prol da comunidade arquivística: Ismaelly Batista e Régia Sueli Felix.

Conforme mencionado anteriormente, o estado do Ceará ainda não forma arquivistas, apesar da demanda crescente por profissionais qualificados para atuar na gestão, guarda e preservação de documentos na administração pública federal, estadual e municipal, e na área privada, incluindo empresas de digitalização e guarda de documentos, que atuam no mercado

cearense. Profissionais de áreas afins como Biblioteconomia e História desempenham importante papel na preservação da memória, mas a demanda por arquivistas é latente.

A partir de 2004, com a chegada da primeira arquivista no estado do Ceará foram ofertados cursos de gestão arquivística de documentos, com carga horária de 20 horas e 40 horas, pela MRH Gestão, Associação de Bibliotecários do Ceará (ABC), Faculdade Integrada do Ceará (FIC) e Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP/CE) tanto em Fortaleza, como nos municípios de Crato e Sobral. Além dos cursos em turmas abertas, foram ministrados treinamentos “*in company*” no Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE), na Federação Cearense de Futsal (FCFS), na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, cartórios, escritórios de advogados, bem como capacitação de equipe técnica para atuação em consultorias arquivísticas realizadas na Secretaria de Recursos Hídricos do estado do Ceará, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Controladoria Geral do Estado do Ceará, Prefeituras de Quixadá, Itapuí, Itapajé entre outras, exemplos que evidenciam a necessidade de arquivistas no estado.

A partir de 2010 começaram a surgir vagas para arquivistas e técnicos de arquivo em editais de concursos públicos da Universidade Federal do Ceará (UFC), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Mesmo com um grupo pequeno de arquivistas, mas com o grande sonho de sediar o VII Congresso Brasileiro de Arquivologia (CNA), foi preciso contar com profissionais de áreas afins para fundar a Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquive-CE), que ocorreu em 2015. A diretoria fundadora da Arquive-CE contou com a participação das arquivistas Marcela Teixeira, presidente; Regina Célia de Camargo Campos, vice-presidente; Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves, secretária geral; da bibliotecária Adeli Gomes Moreira, diretora de administração e finanças; dos historiadores Patrícia Menezes, diretora de comunicação; Marcio de Souza Porto, diretor de políticas arquivísticas; a graduada em Música Myreika Lane de Oliveira Falcão, diretora de projetos; o historiador Francisco Levi Jucá, coordenador da comissão de arquivos municipais; o arquivista João Carlos Bernardo de Lima, coordenador da comissão de arquivos de instituições de ensino; o técnico de arquivo Attila Pinheiro, coordenador da comissão de estudantes. O conselho fiscal da primeira gestão foi composto pela bibliotecária Gislene Soares Guerra; o técnico de arquivo, bibliotecário e advogado José Vicente de Oliveira Filho e o arquivista Francisco Evandro Castro.

No mesmo ano foi criado o curso de especialização em Administração Estratégica de Arquivos promovido pela Acesso Educação em parceria com a Faculdade de Tecnologia do Nordeste (FATENE).

Após realizar um evento de grande porte, em âmbito nacional e com projeção internacional como o VII CNA, a Arquive-CE também promoveu outras ações como o evento mensal Arquivologia em Ação, transmitido pela plataforma *Facebook*, o I Encontro de Arquivos Públicos e Privados do Ceará, além de participar de Audiências Públicas para criação de Arquivos Públicos Municipais.

A partir de 2018, a Arquive-CE promoveu mensalmente o evento Arquivologia em ação, abrindo um espaço para discussões de temas como Projeto de Lei nº 7920/2017 - “Queima de Arquivos”, Consultoria e Terceirização de Serviços Arquivísticos, Arquivos da Memória à Difusão Cultural, Avaliação Documental – destinação criteriosa de documentos, os Arquivos e a História, criação do Curso de Arquivologia no Ceará, Arquivo, Transparência e Prestação de Contas Públicas, Arquivos e Editais de Fomento à Cultura, Sistemas Informatizados de Documentos, Arquivos Pessoais de interesse público.

Outro marco importante para a profissão de arquivistas no estado foi a abertura de vagas para arquivistas no Edital 01/2018 realizado pela Secretaria da Cultura – SECULT/ Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

Em homenagem aos 40 anos da Lei nº 6546/1978 que regulamenta as profissões de arquivista e técnico de arquivo, em 4 de julho de 2018, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará promoveu uma Sessão Solene, em atendimento ao requerimento do deputado Heitor Férrer que ressaltou em seu discurso, a luta da Arquivo-CE para efetivar a criação de cursos de Arquivologia nos estabelecimentos de ensino superior no Ceará. Na ocasião foram homenageados: a Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (Arquivo-CE) na pessoa do seu então presidente Marcio Porto de Souza Porto, a Universidade Federal do Ceará (UFC) por contratar o maior número de arquivistas do estado, na pessoa da Coordenadora do Memorial da UFC, Marcela Teixeira; a Secretaria Estadual de Cultura (Secult/CE) pela abertura de vagas para arquivistas em concurso público para o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), na pessoa do Secretário Fabiano Piúba; a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará (EGP/CE) por contratar arquivistas para ministrar cursos de gestão documental para os servidores públicos estaduais e municipais, na pessoa do então Diretor Daniel Marinho, a Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo projeto de criação do curso de Arquivologia, na pessoa da diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, representada pelo Professor Jonathas Luiz Carvalho da Silva; o curso de Pós Graduação/Especialização em Administração Estratégica de Arquivos promovido pela Acesso Educação em parceria com a Faculdade de Tecnologia do Nordeste (Fatene), na pessoa do seu idealizador Fernando Braga Ferreira e Rita São Paio, por ter sido a primeira arquivista a chegar no estado do Ceará.

No mesmo ano, a Arquivo-CE organizou o Encontro de Arquivos Públicos e Privados do estado do Ceará que reuniu profissionais que atuam em arquivos tanto na capital como em cidades como Caucaia, Pacajus, Sobral. Durante o evento foi redigida uma carta defendendo mais uma vez a criação de curso de Arquivologia no Ceará e enfatizando a importância da implantação de arquivos públicos municipais, uma vez que dos 184 municípios cearenses apenas Caucaia, Farias Brito, Pacoti e Sobral possuem Arquivos Públicos criados por lei.

Criar uma associação de arquivistas num estado que não forma arquivistas foi um desafio, mas também uma oportunidade para firmar parcerias com o Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), a Secretaria Estadual de Cultura (SECULT), a Escola de Gestão Pública (EGP-CE), o Instituto Histórico do Ceará, o Conselho Estadual de Biblioteconomia (CRB-3), a Associação de Biblioteconomia do Ceará (ABC), o Sebrae-CE e empresas privadas de guarda e digitalização de documentos.

Em eventos alusivos ao Dia do Arquivista, 20 de outubro e ao Dia Internacional do Arquivo 9 de junho, que é também a data de aniversário da entidade, bem como em algumas edições do evento Arquivologia em Ação, a Arquivo-CE homenageia, com o título de Sócio Benemérito e uma placa de agradecimento, os profissionais que atuam em defesa da causa dos arquivos no estado do Ceará.

Uma associação de arquivistas pode fazer muito pela Arquivologia, mas para que isso aconteça é necessário que os profissionais se interessem e se disponham a doar parte do seu tempo em defesa da causa, entendendo que ser associado e fazer parte da diretoria de uma associação de arquivistas pode ser uma ação considerada como um serviço voluntário de responsabilidade social, tanto para o arquivista como para profissionais de diversas áreas que atuam nos arquivos.

5 MOVIMENTO PRÓ CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA

Refletindo sobre o tema central da 4ª Semana Nacional de Arquivos – “Empoderando a sociedade do conhecimento” -, propôs-se discutir sobre como o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Arquivologia podem empoderar os arquivistas e como os arquivistas podem tornar visível para a sociedade a importância de criação de tais conselhos.

O papel de um Conselho Federal e de Conselhos Regionais de Arquivologia (CFARQ/CRARQ) é fiscalizar a atuação profissional. Em complemento, tornar visível para a comunidade arquivística e para a sociedade os mecanismos utilizados para a defesa da profissão e da fiscalização do exercício profissional, cabendo a cada arquivista tornar sua profissão visível, participando do movimento associativo, como mencionado anteriormente.

O grupo MOVIMENTO PRÓ CFARQ/CRARQ, criado pela arquivista Evelise Machado, no aplicativo *WhatsApp* em 24/02/2018, buscou reunir profissionais que almejavam a criação de um conselho profissional. O grupo cresceu rapidamente, chegando a alcançar o limite máximo do aplicativo exigindo a criação de outro grupo no aplicativo *Telegram*, para ampliar a participação. Um dos resultados do Grupo MOVIMENTO PRÓ CFARQ/CRARQ foi a elaboração de um esboço do que seria um Projeto de Lei para criação do Conselho. Durante o VIII Congresso Nacional de Arquivologia a minuta do Projeto de Lei (PL) para criação do CFARQ/CRARQ foi apresentada tendo como convidados os representantes do recém criado Conselho de Arquitetura e do FNArq.

Após o VIII CNA, realizado em 2018, o FNArq disponibilizou a minuta do PL para criação do CFARQ/CRARQ nas redes sociais, visando ampliar o debate e receber contribuições para a construção de um documento consistente, com justificativas relevantes, considerando que outras tentativas ocorreram no passado e não obtiveram êxito. Infelizmente, o tema, Conselho e Associativismo ainda representa pouco envolvimento dos profissionais da área, o que implica no estabelecimento de diretrizes para que sejam estabelecidos o congraçamento. O Grupo MOVIMENTO PRÓ CFARQ/CRARQ evidenciou que uma parcela dos arquivistas se mobiliza com reclamações nas redes sociais, outra parte revela interesse em participar da discussão do tema e poucos se propõem a contribuir efetivamente com a redação de um documento final.

Durante o VIII CNA foi apresentado o número aproximado de 7.000 (sete mil) arquivistas formados em todo o Brasil, de acordo com levantamento de dados realizado em 2018 por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) das Universidades Federais e Estaduais⁹ e menos de 200 (duzentos) arquivistas registrados nas 12 (doze) associações ativas de arquivistas/arquivologia. Tal exemplo comprova a baixa participação de profissionais de arquivo no movimento associativo brasileiro.

Enquanto o Grupo MOVIMENTO PRÓ CFARQ/CRARQ não atinge seu objetivo de criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Arquivologia, tem constituído um espaço de discussão da área, apoio para a visibilidade dos profissionais e das associações de arquivistas. Tal visibilidade levou a arquivista Evelise Machado, criadora do grupo, a ser convidada para ministrar palestras em salas de aula do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) a fim de divulgar o grupo e o movimento associativo.

⁹ A pesquisa foi solicitada pela arquivista Rita São Paio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre o movimento associativo estão longe de serem esgotadas e o interesse dos arquivistas pelo tema tanto em estudos científicos como na participação em eventos que o abordem ainda é rara.

A participação de profissionais e estudantes durante a Roda de Conversa realizada no dia 12 de junho de 2020, evento integrante da 4^a Semana Nacional de Arquivos, contou com manifestações positivas (44 *likes*) e comentários de apoio de mais de 20 pessoas, destacando os comentários de representantes da Arquivologia na Paraíba, como Ana Isabel Souza Leão Andrade: “Como sei de toda essa história das Associações. Vivi diretamente. José Pedro Esposel foi um dos GRANDES lutadores em prol da Arquivologia”. Outra contribuição veio de Hílza Cavalcante: “Acompanho as lutas da AAPB. Assim, como acompanhei o grande empenho de Regia, Esmeralda e toda Comissão organizadora do CNA na Paraíba. Sempre de parabéns!”. Outra intervenção, de Naiany Souza, salientou: “Parabéns a todas! Foi muito bom conhecer um pouco da realidade das Associações Arquivísticas de alguns Estados! Avante!”.

Em resposta à provocação dos integrantes da roda de conversa para indicação da entidade a que cada participante é associado, foram apontadas as seguintes associações: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES); Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ); Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE); Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC) e Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB).

No caso brasileiro, as associações têm contribuído de forma significativa para o compartilhamento do conhecimento arquivístico, sobretudo por meio dos eventos realizados, cursos e congressos. Novas parcerias precisam ser construídas, o quadro de associados necessita de ampliação e de maior participação dos arquivistas, docentes e discentes. A atuação como órgão fiscalizador se constitui como o principal elemento de defesa da categoria.

Se os profissionais de arquivo desejam que a profissão conquiste mais visibilidade e que os editais para as vagas de arquivistas contemplem o pré-requisito de formação de forma correta, é necessário ampliar a participação na luta pela criação do Conselho Federal e de Conselhos Regionais de Arquivologia e a sua participação é fundamental.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela; MELO, Katia Isabelli; BOURGUET, Jean-Rémi. Mercado de trabalho sob mediação digital: um estudo de termos em plataformas digitais às ofertas de vagas no setor de arquivos. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, n. 1, v. 16, 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/5137>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional da Paraíba. **Informativo AAB**. João Pessoa, Ano 1, n. 1, ago./out. 1996.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico**. Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://www.aargs.com.br/historico/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 2606/2015**. Altera a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências, para permitir o exercício da atividade aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em arquivologia. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 2015. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1370174&filename=PL+2606/2015. Acesso em: 04 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Arquivo Nacional. **4ª Semana Nacional de Arquivos**. Disponível em: <http://semanadearquivos.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 20 maio 2020.

CARVALHO, Luan. Arte de cuidar das memórias. O POVO. Fortaleza, 10 dez. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/popempregosecarreiras/2018/12/arte-de-cuidar-das-memorias.html>. Acesso em: 9 jul. 2020.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Assembleia homenageia arquivistas e técnicos de arquivo em solenidade. Fortaleza, 4 jul. 2018. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/75552-0407-bd-solene-arquivistas>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). Colegiado Setorial de Arquivos. **Plano setorial de arquivos (2017-2027)**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.1. E-book. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7230/1/Plano%20Setorial%20de%20Arquivos.pdf>. Acesso em: 20 maio de 2020.

FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL. **Regimento Interno**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GSr0edqQSBH-zg-DBnpGXpGVzQBIIQf/view>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MELO, Katia Isabelli; CARDOSO, Aline da Cruz. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b: arquivos & biblioteca**, Lisboa, Série 3, n. 10, p. 71-91, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6>. Acesso em: 04 jun. 2020.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. **A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 7.530, de 9 de março de 2017**. Institui pisos salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-rj-7530-2017.htm>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12357>. Acesso em: 04 jun. 2020.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional**: formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint, 2011.